

Ineficácia “é evidente”

O ex-ministro da Justiça participou na Conferência Internacional “Estado, Sociedade e Justiça no Século XXI: Democracia, Qualidade e Eficiência nos Tribunais Ju-

► **Patrícia Cruz Almeida**

A falta de eficácia dos tribunais é, em grande parte, culpa das instâncias “que não respondem” às solicitações dos cidadãos. Ora, é, precisamente, nesses sectores que os responsáveis devem incidir. Admitindo que existem, de facto, tribunais onde “é evidente” a falta de eficiência, Laborinho Lúcio chamou a atenção para aqueles que respondem com “total eficácia”.

Tudo isto - referiu -, está relacionado com as diversas áreas, com o número de processos, com a distribuição de recursos humanos que diverge de tribunal para tribunal e, depois, “com a globalidade da gestão do próprio serviço de justiça”. “Portanto, não podemos dizer que temos uma justiça que é lenta ou rápida, que é eficaz ou eficaz. Temos



DB-LUIS CARRECA

LABORINHO LÚCIO acredita que as coisas vão mudar para melhor

muitos sectores que respondem com eficácia e a tempo, temos outros que não”, afirmou.

Laborinho Lúcio falava ontem aos jornalistas antes de intervir numa conferência internacional organizada conjuntamente pelo Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra,

Associação Sindical dos Juizes Portugueses e Centro de Estudos Judiciários, com o apoio do Ministério da Justiça.

A conferência foi também o ponto de partida para o curso intitulado “Organização e Gestão dos Tribunais”, que decorrerá entre 10 e 18 de Outubro, em Coimbra. Uma acção que é “essencial” para o

também ex-ministro da República para a Região Autónoma dos Açores. “Quando falamos de gestão, estamos a falar também da responsabilidade e da responsabilização no funcionamento do sistema de justiça”, referiu. Laborinho Lúcio alertou para a necessidade de encontrar uma concordância prática entre estes dois factores: a de nunca colocar em causa a independência dos tribunais mas, ao mesmo tempo, garantir que essa independência “só faça sentido se ela puder suportar uma justiça que seja acreditada junto do cidadão”. E acrescentou: “fazê-lo no âmbito de uma reforma que está a iniciar a sua entrada em vigor, parece-me ser muito feliz. Julgo que há aqui bons motivos de esperança para acreditarmos que as coisas vão mudar no bom sentido”, concluiu.